

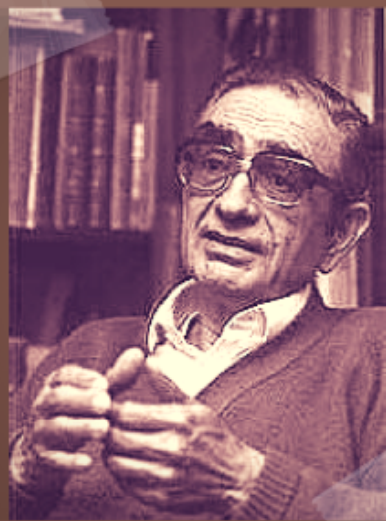
COLEÇÃO

CLÁSSICOS & CONTEMPORÂNEOS

Thiago Mazucato

Organizador

# FLORESTAN FERNANDES



Aristeu Portela Junior

**FLORESTAN FERNANDES**

## **Fundação Educacional de Penápolis - FUNEPE**

**Presidente:** *Fábio José Garcia Ramos Gimenes*

**Vice-Presidente:** *Eliana Claudia de Almeida*

**Gerente Administrativo e Financeiro:** *Prof. Me. Márcio Vieira Borges*

## **Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Penápolis - FAFIPE**

### **Direção Geral**

Diretor Geral: *Prof. Dr. Wanderli Aparecido Bastos*

### **Centro de Ciências Biológicas e da Saúde - CCBS**

Diretor Interino: *Prof. Dr. Wanderli Aparecido Bastos*

### **Centro de Ciências Exatas, Tecnologias e Negócios - CCETN**

Diretora: *Profa. Dra. Fabiana Ortiz Tanoue de Mello*

### **Centro de Educação e Ciências Humanas - CECH**

Diretor: *Prof. Me. Thiago Pereira da Silva Mazucato*

### **Coordenadoria de Graduação**

Coordenador: *Prof. Me. Cleivaldo Aparecido Donzelli*

### **Coordenadoria de Pós-Graduação**

Coordenadora: *Profa. Dra. Alessandra Guimarães Soares*

### **Coordenadoria de Pesquisa**

Coordenadora: *Profa. Me. Aline Vanessa Zambello*

### **Coordenadoria de Extensão**

Coordenador: *Prof. Me. Wesley Piante Chotolli*

### **Coordenadoria Administrativa**

Coordenador: *Prof. Esp. Claymen Cândido Peron*

Aristeu Portela Junior

# **FLORESTAN FERNANDES**

© 2019 Editora FUNEPE

## **Editora FUNEPE**

### **Editor-Chefe:**

*Prof. Me. Thiago Mazucato*  
thiago@funepe.edu.br

### **Comissão Editorial:**

Profa. Dra. Alessandra Guimarães Soares  
Prof. Esp. Claymen Candido Peron  
Prof. Me. Cleivaldo Aparecido Donzelli

Profa. Me. Sabrina Ramires Sakamoto  
Prof. Esp. Wesley Piante Chotolli

### **Conselho Editorial:**

Prof. Dr. Artur Antonio Andreatta  
Profa. Dra. Daniela Fink Hassan  
Profa. Dra. Fabiana Ortiz Tanoue de Mello  
Prof. Dr. Fernando Fabrizzi  
Profa. Me. Gisele A. A. Corral dos Santos

Prof. Me. Luiz Antonio Albertti  
Prof. Me. Magno Cesar Vieira  
Prof. Me. Marcos Freitas  
Prof. Dr. Wanderli Aparecido Bastos

## **Coleção *Clássicos & Contemporâneos***

Organizador: *Prof. Me. Thiago Pereira da Silva Mazucato*

P843f

Florestan Fernandes / autor: Aristeu Portela Junior; organizador: Thiago Mazucato — Penápolis: Editora FUNEPE, 2019.  
78 p.

ISBN: 97885-93683-251

1. Ciências Sociais. 2. Fernandes, Florestan. I. Título.

CDD: 300 (20ª)

CDU: 30

**ISBN: 97885-93683-251**

## **Editora FUNEPE**

Avenida São José, 400 - Vila Martins - Penápolis/SP - (18) 3654-7690  
www.funepe.edu.br/editora - editora@funepe.edu.br

# Sumário

Apresentação da Coleção, 7

Apresentação, 9

Ciência e Política, 15

Relações Raciais no Brasil, 35

Dominação burguesa e desenvolvimento capitalista, 49

Referências, 71







## Apresentação da Coleção

A coleção "*Clássicos & Contemporâneos*" surge na Editora FUNEPE como resultado de um processo de intensificação da prática da pesquisa dentro da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Penápolis (FAFIPE/FUNEPE). Mais especificamente, vinculado ao Centro de Educação e Ciências Humanas (CECH) o Grupo de Pesquisa "*Sociologia, Política e Cidadania*" vem produzindo diversas pesquisas de iniciação científica, assim como a pós-graduação (especialização) "*Diversidade, Inclusão e Cidadania*", no âmbito da disciplina *Pensamento Político Brasileiro e Cultura Política Brasileira*, realizam, dentre outras atividades de ensino e pesquisa, estudos sobre pensadores clássicos e contemporâneos.

Neste sentido, a instituição, por meio da Editora FUNEPE, sensibilizada por este conjunto de ações de ensino e pesquisa, procurou articular uma rede de pesquisadores no campo mais amplo das *Humanidades*, para que escrevessem sobre autores específicos que tivessem trabalhado em suas pesquisas. A linha editorial traçada para esta coleção consistiu em produzir materiais bibliográficos de excelência, que pudessem ser utilizados

tanto por estudantes de graduação em estágios iniciais, quanto pelo público leitor mais amplo.

A Coleção *Clássicos & Contemporâneos*, devido à sua característica de possuir um escopo temático bastante amplo dentro das Humanidades, procurará trazer publicações das mais diversas áreas — Sociologia, História, Filosofia, Política, Antropologia, Geografia, Literatura, Psicologia, Educação, Economia, Direito, e tantas outras áreas correlatas.

O seu fio condutor será sempre o de apresentar ao leitor uma trajetória do autor que dá nome a cada título da coleção: tanto em sentido biográfico quanto em sentido intelectual, apresentando sempre as principais ideias e teses do autor retratado.

*Thiago Mazucato*

Organizador da Coleção *Clássicos & Contemporâneos*

## Apresentação

“Clássico”, nos diz Jeffrey Alexander (1999, p. 24), é aquele/a autor/a ou obra que detém um “*status* privilegiado em face da exploração contemporânea no mesmo campo”. Ou seja, aquela referência, em geral antiga, com a qual “os modernos cultores da disciplina em questão” acreditam poder aprender tanto quanto com a obra de seus contemporâneos. Trata-se de uma definição bastante útil, se desejamos entender a importância – e a urgência – de nos dedicarmos ao estudo da obra do sociólogo paulista Florestan Fernandes (1920-1995). Sujeito de uma trajetória invulgar nas nossas ciências sociais, Florestan ascendeu de uma infância e juventude extremamente pobres na cidade de São Paulo para o *status* de patrono da sociologia brasileira, referência imprescindível na sua época e ainda hoje.

Mas o que torna sua obra tão importante para leitores e leitoras contemporâneos/as? Uma resposta mais precisa a essa pergunta ficará – espero – evidente ao final desta leitura – o que

não impede que eu forneça algumas indicações iniciais nesse sentido.

Antes de tudo, foi da obra de Florestan Fernandes que partiram os maiores insumos teóricos e institucionais para a adequação das ciências sociais no Brasil a padrões do trabalho científico reconhecidos internacionalmente. Não à toa, essa é a faceta pela qual sua obra talvez seja mais conhecida (e comentada). Os críticos costumam apontar o seu papel essencial no processo de “institucionalização da linguagem sociológica” no Brasil (ARRUDA, 2001, p. 189); consideram-no “o principal artífice da moderna Sociologia brasileira” (ARRUDA; GARCIA, 2003, p. 9); “um verdadeiro ponto de referência para novos pesquisadores empenhados na instauração de critérios científicos nos estudos sociais” (MOTA, [1977] 2008, p. 221); o “fundador da sociologia crítica no Brasil” (IANNI, [1986] 2004, p. 317); ou mesmo “o maior sociólogo brasileiro, um dos grandes responsáveis pela consolidação do pensamento científico no estudo dos temas sociais no Brasil” (MARTINS, 1998, p. 13)<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Para um balanço dos estudos acerca da sociologia de Florestan Fernandes, ver Costa (2004).

Mas Florestan Fernandes é mais do que um sociólogo modelo, interessado nas dimensões teóricas e epistemológicas da ciência a que dedicou sua vida profissional. Sua trajetória intelectual e política colocou-o sempre na linha de frente da defesa dos interesses dos que ele chamava “os de baixo”, ou seja, as camadas sociais desfavorecidas da população brasileira. Tanto na sua obra sociológica, quanto na sua atuação enquanto militante e político profissional (dimensões que de modo algum estiveram desvinculadas, como veremos), é notório um enfrentamento das desigualdades sociais em seus mais diversos eixos (de classe, raça, imperialista etc.), que encontra um corolário na sua adesão a uma perspectiva política socialista, e na busca posterior, enquanto deputado federal, de canais institucionais para a expressão dos interesses e dos valores da classe trabalhadora.

A breve apresentação, a seguir, da trajetória e da obra de Florestan Fernandes, terá por eixo norteador esse mote do combate às desigualdades sociais e políticas – e, portanto, possui uma relação inescapável com a época em que vivemos. No fundo, é justamente essa possibilidade de diálogo com as questões que nos são pertinentes, de nos ajudar no desvelamento de dilemas cruciais da sociedade brasileira, que justifica o estudo do autor.

Não há nenhuma contradição entre esse reconhecimento e o fato de Florestan Fernandes ter escrito a parte mais considerável de sua obra na segunda metade do século XX, de modo estritamente vinculado com as questões de sua época. Como diz Grondin (1991, p. 194): “Entender um texto do passado significa traduzi-lo para a nossa situação presente, escutando nele uma discursiva resposta para os questionamentos da nossa era”. Como afirmei em outra ocasião, são surpreendentes

[...] a vivacidade e atualidade do pensamento de Florestan Fernandes. Pois, ainda que falecido em meados da década de 1990, é através de sua obra que ele se eterniza. E ainda que nosso contexto político-social contemporâneo não seja completamente condizente com o cenário analisado pelo autor, são nas suas reflexões que encontramos inspiração e elementos para o conhecimento e crítica do presente. Como, aliás, em todo pensamento digno de ser chamado de “clássico”. (PORTELA JR., 2013, p. 134)

A reflexão que segue vai contribuir, de certo modo, para justificar esse ponto de vista. Buscarei desenvolver uma introdução ao pensamento de Florestan Fernandes que dialogue com problemáticas pertinentes à sociedade brasileira contemporânea, fugindo assim de um mero exercício de erudição teórica. Ini-

ciarei elaborando um percurso sintético da sua trajetória intelectual e política, destacando alguns (não todos, evidentemente, dado o espaço disponível) momentos e conceitos cruciais para o desenvolvimento da sua obra. Em seguida, detenho-me em duas das suas principais obras, consideradas por muitos suas obras-primas. Primeiro, destaco algumas contribuições do autor para pensar as relações raciais no Brasil a partir do livro *A integração do negro na sociedade de classes* (1965). Em seguida, analiso suas reflexões sobre desenvolvimento capitalista e dominação burguesa tomando por base *A revolução burguesa no Brasil* (1975). Ao longo do percurso, estão indicadas não só as principais obras do nosso autor, como também textos que podem auxiliar no aprofundamento do estudo de aspectos particulares do seu pensamento e da sua trajetória<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> A base do texto e das reflexões que seguem consiste em trabalhos anteriores, do autor, acerca do pensamento de Florestan Fernandes, em especial Portela Jr. (2013; 2014), Portela Jr. e Soares (2015).





## Ciência e Política

A “socialização política indireta” de Florestan Fernandes, nos seus anos de infância e juventude, está estritamente relacionada com sua identificação com os dramas e problemas dos “de baixo” – sua infância de menino *lumpen* trabalhando pelas ruas de São Paulo, quando “precisava ganhar a vida como se fosse um adulto” (FERNANDES, 1976, p. 142), e sua juventude na década de 1930, quando se vinculou a “um clima difuso de aspirações sociais socialistas” (FERNANDES, 1990, p. 13)<sup>3</sup>. Nosso autor é filho de uma camponesa analfabeta, Maria Fernandes, que trabalhava como empregada doméstica. Ao longo dos seus primeiros anos de vida, viveu em cortiços, porões e quartos alugados, aos seis anos começando a fazer pequenos serviços em troca de gorjetas, nas barbearias e no pequeno comércio, “até descobrir que ser

---

<sup>3</sup> Sobre esse período da biografia/trajetória de Florestan, cf. FERNANDES (1976; 1978), SOARES (1997, p. 21-40), GARCIA (2002, p. 29-34, 59-70), CERQUEIRA (2004, p. 9-30) e SEREZA (2005, p. 26-44).

engraxate dava dinheiro e decidir disputar a tapas o seu lugar de trabalho” (FERNANDES, H., 2015, p. 15), precisando inclusive abandonar os estudos formais alguns anos depois. Trata-se de todo um contexto social de formação que será basilar para o modo como nosso autor enxerga os dilemas da sociedade brasileira:

De fato, não se pode separar Florestan da sua história – e ela começou lá pelos seus seis anos: quando o pequeno aprendiz de sociólogo imaginou construir uma saída para si mesmo, acabou encontrando, na sociologia, os caminhos que defenderá para todos os seus, isto é, para os trabalhadores, livres e semilivres, que é como nomeará, não só os camponeses, como todos esses pobres, índios, negros e imigrantes, que, como ocorreu com ele, vivem nos interstícios, nos espaços vazios e nas zonas de transição das cidades, a “gentinha”, para a qual a condição operária é uma verdadeira ascensão social. O passo decisivo foi dado quando, aos dezessete anos, decide retornar à educação formal inscrevendo-se para o curso de madureza noturno graças ao qual, três anos depois, adquire condições de disputar um lugar na universidade. Em 1941, é aprovado para fazer o curso de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, que é pública e gratuita. Ingressa numa faculdade recém-inaugurada (1934), onde quase tudo ainda está em efervescente construção e na qual professores recém-chegados da França, que mal sabem falar português, lecionam em francês. (FERNANDES, H., 2015, p. 16)

Já nesses primeiros anos de sua vida acadêmica, concomitantemente ao estudo de graduação em Ciências Sociais na Universidade de São Paulo (USP), Florestan atuou direta e brevemente na militância política, participando de um pequeno partido trotskista, o Partido Socialista Revolucionário (PSR), entre 1943 e 1947 – período em que estava “envolvido na luta subterrânea contra a ditadura Vargas” (FERNANDES, 1995, p. 157).

Foi nessa etapa da vida de Florestan que começa a se manifestar um dilema que, segundo alguns autores, constitui uma marca permanente em sua obra: o que poderíamos chamar de tensão entre seu lado “cientista” e seu lado “político”. Candido ([1986] 2001, p. 30) diz o seguinte, acerca da sua amizade com o autor na segunda metade da década de 1940: “Discutíamos muito a respeito dessa divisão entre o militante político e o professor universitário, sem nunca resolver de maneira satisfatória se o professor tinha o direito de trazer as suas convicções políticas para a aula, e se uma atividade acadêmica era compatível com o empenho político”. Para Cohn (1986, p. 126-127), o tema que orienta persistentemente a reflexão de Florestan, ao longo dos anos, “tem a ver medularmente com a intervenção na realidade como sociólogo; é isso que sempre o preocupou”. Essa preocupação “deriva da busca incessante da conjugação desses termos

que no mais das vezes aparecem separados: o cientista e o político, o cientista e o militante, o controle racional sobre a realidade que seja um controle democrático, e por aí afora”. Roio (1998, p. 102), por sua vez, afirma que, na obra de Florestan, “mesmo na de viés mais marcadamente acadêmico, conflitam e convivem o militante, o rebelde com convicção de causa, o cientista social atento e cuidadoso”.

Ao cursar a pós-graduação na Escola Livre de Sociologia e Política, em São Paulo, Florestan Fernandes elabora trabalhos que se tornariam referências em seus âmbitos particulares de estudo, e já demonstram a preocupação com os processos formadores da sociedade brasileira, como *A organização social dos tupinambá* (1947), no mestrado; e *A função social da guerra na sociedade tupinambá*, no doutorado (1951). A defesa da sua tese de livre-docência na USP, *Ensaio sobre o método de interpretação funcionalista na sociologia* (1953), marca o término do que Garcia (2002, p. 158) chama de “período de formação” de Florestan, isto é, quando nosso autor alcança a maturidade sociológica – não só com a referida tese, mas também pela conquista de uma posição institucional sólida na regência da cadeira de Sociologia I, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da USP, e na coor-

denação de um programa coletivo de pesquisa, em torno do Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho (CESIT), fundado por ele. Nesse período bastante profícuo para o nosso autor, ele desenvolve trabalhos de cunho epistemológico acerca do fazer sociológico – como *Fundamentos empíricos da explicação sociológica* (1959) e *Ensaio de Sociologia geral e aplicada* (1960) –, bem como dedica-se à investigação de temas prementes para sua época, como o desenvolvimento e a democracia – por exemplo, nos textos reunidos em *Mudanças sociais no Brasil* (1960) e *Sociedade de classes e subdesenvolvimento* (1968).

Mesmo que, entre a década de 1950 e o ano de 1964, a atividade política *stricto sensu* de Florestan Fernandes tenha sido “sublimada em função de uma opção pela carreira acadêmica na qual também desempenhou papéis políticos em sentido amplo” – na medida em que “contribuiu para a institucionalização da sociologia e da pesquisa sociológica interessada em compreender os problemas nacionais” (SOARES, 1997, p. 124) – a tensão entre o “cientista” e o “político” continuou se manifestando em sua trajetória. No período mencionado, dois momentos específicos são significativos desse dilema crucial para o nosso autor: a participação na pesquisa sobre relações raciais, financiada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

(UNESCO); e o envolvimento na Campanha de Defesa da Escola Pública.

O estudo sobre relações raciais no Brasil, financiado pela UNESCO nos anos 1950, visava, segundo seu próprio projeto, organizar no país uma investigação sobre os “contatos entre raças ou grupos étnicos, com o objetivo de determinar os fatores econômicos, sociais, políticos, culturais e psicológicos favoráveis ou desfavoráveis à existência de relações harmoniosas entre raças e grupos étnicos” (*apud* SOARES; BRAGA; COSTA, 2002, p. 36). O Brasil era o cenário mais adequado para o estudo, na perspectiva da UNESCO, dada a imagem do país como sendo marcado por uma estrutura harmoniosa das relações entre as raças, que ele já gozava internacionalmente naquela época.

Assim, a escolha do Brasil como “laboratório de civilização” foi motivada principalmente pela crença “de que nesta terra, em comparação com o contexto segregacionista norte-americano e o sul-africano, a democracia racial era um fato, fundamentado na miscigenação e na ausência de preconceito racial” (SOARES; BRAGA; COSTA, 2002, p. 36). O que se buscava, então, a partir do contexto brasileiro, era um exemplo para se vencer os efeitos perversos do racismo e do nacionalismo xenófobo.

A parte da pesquisa a ser realizada na cidade de São Paulo foi encarregada a Roger Bastide, então professor da USP, que convidou seu aluno e assistente Florestan Fernandes para participar dela. Os dados foram colhidos entre os anos de 1951 e 1952, e envolveram uma ampla participação e diálogo com representantes de movimentos negros da cidade (BASTIDE; FERNANDES, 2008, p. 21-25).

O interessante é que, enquanto outros estudos pareceram referendar as impressões iniciais da Unesco, os resultados da pesquisa de Fernandes e Bastide acabaram por não ser muito úteis nesse sentido, pois,

[...] se o objetivo da instituição era confirmar a existência de um verdadeiro paraíso racial, as conclusões de Fernandes e Bastide viriam desautorizar o consenso. Na virada teórica desses dois estudiosos, as relações raciais passam a ser entendidas como estruturas sociais e modelos de exclusão; impasses efetivos para que o país construísse uma ordem democrática e promovesse uma integração efetiva. (SCHWARCZ, 2007, p. 17)

De acordo com Soares (1997, p. 46), foi a partir desse trabalho que a sociologia passou a satisfazer não só as inquietações intelectuais de Florestan Fernandes, “como também, em certa

medida, os ideais de participação e atuação na sociedade que estavam na mira do nosso autor desde o seu envolvimento no movimento político de esquerda”. E, de fato, essa pesquisa representou avanços importantes na obra de Florestan. Tanto em termos da sua carreira acadêmica, por sua “ousadia metodológica”<sup>4</sup> (CARDOSO, 2008, p. 16), quanto em termos políticos, pois foi a partir da compreensão das dificuldades vivenciadas pela população negra, do seu contato com os líderes e os percalços do movimento negro, que amadurece em Florestan “a maneira do intelectual intervir na sociedade” (CANDIDO, [1986] 2001, p. 31).

Afora essas dimensões, a pesquisa sobre relações raciais em São Paulo também foi importante porque permitiu a Florestan Fernandes observar como a lenta e contraditória desagregação da ordem social escravocrata – discutiremos esse conceito mais à frente; por ora, basta atentar que nosso autor se refere

---

<sup>4</sup> Segundo o próprio Florestan Fernandes ([1976] 2010, p. 97-98), na história da pesquisa sociológica no Brasil, ela foi “a primeira tentativa de certo vulto de trabalho cooperativo e de utilização da pesquisa empírica sistemática como ‘técnica de consciência social’ dos dilemas históricos da sociedade brasileira”. Fernandes e Bastide se utilizaram de um vasto arsenal de técnicas de pesquisa para dar conta dos seus objetivos – aplicação de questionários, observação participante em situação grupal, reuniões e debates com várias parcelas da população negra (mulheres, intelectuais, entre outras), entrevistas formais e informais, observação direta de situações concretas, estudos de caso etc. (FERNANDES, [1984] 2010, p. 259). Para mais detalhes sobre a feitura da pesquisa e sua relevância no cenário sociológico e político brasileiro, cf. FERNANDES ([1976] 2010), BASTOS (1987), PEREIRA (1996), SOARES; BRAGA; COSTA (2002).



aos padrões de relações sociais e raciais, de valores, de estratificação social etc. surgidos sob a égide do regime escravocrata – atuava como obstáculo à universalização da cidadania. Como veremos mais à frente, suas análises mostraram que a sociedade de classes no Brasil se ajusta, em seu desenvolvimento, às estruturas persistentes desse “antigo regime”, reproduzindo e renovando padrões raciais de discriminação, preconceitos e desigualdades. Assim, a ordem social que se conforma no período pós-Abolição “se configura como uma sociedade de classes que só era *igualitária* nos estratos dominantes e só era *aberta* para aqueles que detinham o poder” (FERNANDES, [1965] 2008b, p. 61).

Sob essas condições sociais, o “negro” e o “mulato” (para usar os termos do autor) eram reduzidos a uma condição de miséria e anomia social, tendo restringida sua integração no ambiente capitalista de trabalho e, conseqüentemente, no seio das garantias sociais e políticas características de uma ordem social livre e aberta. Assim, a parcela branca da população se engrenava nos fluxos das transformações históricas da ordem social competitiva, enquanto a parcela negra permanecia estagnada segundo o modelo da organização de castas, e as inter-relações das duas continuavam a ser reguladas por velhos padrões tradicionalistas hierarquizantes (FERNANDES, [1965] 2008b, p. 321-322). O que

significa dizer que o regime (nominalmente) liberal-democrático então vigente não era efetivo para todas as parcelas da população brasileira. Os principais resultados dessa pesquisa foram publicados em *Branços e negros em São Paulo* (1959), em parceria com Roger Bastide, e posteriormente utilizados por Florestan para compor o clássico *A integração do negro na sociedade de classes* (1965).

Se a década de 1950 começa com a realização de tal pesquisa, o início da seguinte é marcado pela participação de Florestan Fernandes na Campanha de Defesa da Escola Pública. Lançada oficialmente em 1960, tratava-se de uma reação de diversos segmentos da sociedade, em especial educadores e intelectuais, às investidas dos mantenedores da escola particular e da Igreja Católica “contra o projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, elaborado dentro dos princípios e ideais liberais dos conhecidos ‘pioneiros da educação nova’” (SOARES, 1997, p. 54). Com a aprovação de um projeto de lei, em 1960, que atendia aos principais interesses privatistas, a Campanha acabou se alastrando por todo o território nacional, angariando apoio em diversas camadas sociais. Florestan produziu diversos textos durante a Campanha – posteriormente reunidos no livro *Educação e sociedade no Brasil* (1966) –, nos quais buscava utilizar a perspectiva

sociológica para criar uma “consciência da situação”, almejando tornar explícitos “os fundamentos materiais, ideológicos e morais de nossas opções educacionais” (FERNANDES, [1963] 1966, p. XVI).

Fernando Henrique Cardoso, então aluno de Florestan Fernandes, diz o seguinte sobre a participação dos intelectuais ligados ao nosso autor nessa campanha:

E houve momento em que nós todos esquecemos um pouco nossos aventais e nos lançamos a uma peregrinação por São Paulo para fazer uma campanha – a Campanha em Defesa da Escola Pública. Este outro Florestan também foi um Florestan seminal, também foi um Florestan que marcou, porque mostrou que o acadêmico pode e deve, em certas circunstâncias, lançar-se a posições concretas de luta para melhorar as condições de vida de seu país. Esta Campanha teve uma presença muito grande naquela época, fins dos anos 50, se não me falha a memória. Foi uma mobilização intensíssima, uma mobilização que nos levou àquilo que então ainda era raro: o encontro entre a universidade e os trabalhadores. Andamos por sindicatos sem fim, pregando. Andamos por escolas, andamos pelo interior, pregando, discutindo modificações concretas em uma lei que iria dar as normas fundamentais ao processo educativo no Brasil. Portanto, não surpreende o Florestan que mais tarde reaparece com esta mesma ira sagrada de combatente, às vezes até próximo de Dom Quixote, que investe e muitas vezes acerta o alvo. Lutou a vida inteira. (CARDOSO, 1987, p. 25)

A participação na Campanha de Defesa da Escola Pública não esgota o rol das atividades propriamente militantes de Florestan, no período. Ele ainda atuou na movimentação em prol das reformas de base, bem como no movimento pela reforma universitária (FERNANDES, [1981] 2008, p. 126) – em todas as ocasiões sua participação se justificando “na medida em que contribuiu para a ruptura do conformismo tradicionalista e para a formação de um inconformismo de base democrática” (SOARES, 1997, p. 74). Mas sua aposentadoria compulsória pela ditadura civil-militar quebrará esse ciclo, impedindo sua participação em atividades acadêmicas e políticas no Brasil, e conduzindo-o indiretamente para o ensino no Canadá e a progressiva perda de identificação com o ambiente universitário e a sociologia (FERNANDES, [1981] 2008, p. 158).

Com o recrudescimento da repressão política, a partir da promulgação do AI-5, Florestan Fernandes, junto com outros professores universitários do país, é aposentado compulsoriamente e impedido de lecionar no Brasil. Sem poder exercer as atividades que definiam sua vida então, ele aceita o convite para atuar na Universidade de Toronto, no Canadá, permanecendo no país durante três anos (1969-1972). Trata-se de um período de verda-

deira crise para o autor, tanto em termos pessoais quanto profissionais (FREITAG, 1996; SOARES, 1997, p. 78-80; CERQUEIRA, 2004, p. 104-109). Apesar de ter sido aí que ele começou a se aprofundar no estudo de autores marxistas, em especial Lênin – inclusive a se *assumir* como marxista: “Eu só me tornei abertamente um professor marxista quando eu fui para o Canadá” (*apud* SOARES, 1997, p. 78)<sup>5</sup> –, bem como das revoluções socialistas na América Latina e no mundo, ele se viu impossibilitado de desenvolver uma luta contra a ditadura no exterior.

Segundo o próprio Fernandes ([1981] 2008, p. 158), sua “crise de identidade profissional” no Canadá tem origens políticas. Soares (1997, p. 78-80) aponta alguns fatores que ajudam a entender essas origens, esse sentimento de impotência de Florestan, o “estranhamento de si mesmo”, como ela define. Para o sociólogo paulista,

[...] não fazia muito sentido falar dos problemas que afligiam os países da América Latina, denunciar o regime di-

---

<sup>5</sup> Nada disso significa que, até então, Florestan relegasse o marxismo a segundo plano. Ele não só traduziu, ainda em 1944, a *Contribuição à crítica da economia política*, de Karl Marx, como também, nas décadas de 1940 e 1950 (portanto, antes da sua aposentadoria compulsória), buscou incorporar Marx nos quadros teóricos, conceituais e metodológicos da sociologia (FERNANDES, [1954] 1967; COHN, 1987, p. 48-50; COSTA, 2009, p. 71). Posteriormente, relendo sua própria trajetória, Florestan afirmaria que possuía uma identificação marxista desde o início da sua carreira, e que isso ficaria claro já no prefácio que escreveu à referida tradução da obra de Marx (FERNANDES, [1981] 2008, p. 154).

tatorial, criticar a posição dos Estados Unidos em sua política externa etc., para um público que estava até certo ponto interessado na temática, mas que não estava envolvido por ela. (SOARES, 1997, p. 79)

Florestan volta para o Brasil em 1972, e passa não só a trabalhar na coordenação da Coleção Grandes Cientistas Sociais, pela Editora Ática, como a ofertar cursos na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Ainda em plena ditadura militar, Fernandes se sente um “exilado em seu próprio país”, amargando “o afastamento de antigos colegas e companheiros que evitavam o contato com ele” (CERQUEIRA, 2004, p. 107). Mas é também ao longo desse período, em especial na década de 1970 e início da seguinte, que Florestan produz sua “obra mais engajada” (FERNANDES, H. 2015, p. 22), ou de caráter mais explicitamente militante (MAZUCATO, 2016), dedicada à compreensão dos processos revolucionários e contrarrevolucionários no Brasil e na América Latina, como a terceira parte do clássico *A revolução burguesa no Brasil* (1975), *Circuito fechado* (1976), *Da guerrilha ao socialismo: a Revolução Cubana* (1979), *Poder e contrapoder na América Latina* (1981), *O que é revolução* (1981), entre outros.

É em meio a essas condições políticas e pessoais tão adversas que Florestan Fernandes produz aquela que muitos consideram sua obra-prima: *A revolução burguesa no Brasil* (1975). A terceira parte desta obra, elaborada como resposta à intensificação da ditadura militar (FERNANDES, [1977] 1980b, p. 77-78), busca entender os fatores envolvidos na crise do poder burguês que antecedeu a instauração do regime ditatorial, e a solução autocrática dessa crise enquanto requisito político necessário para a inclusão (dependente) do Brasil nos processos de expansão do capital monopolista.

De especial importância para o entendimento da sociedade brasileira, nessa obra, é a noção de *autocracia burguesa* como o polo necessário do desenvolvimento capitalista na periferia, que traz subjacente a si a noção de que as burguesias dos países subdesenvolvidos e dependentes não foram capazes de realizar uma “revolução burguesa” nos moldes clássicos, com seu corolário de uma dominação política revestida de caracteres liberais-democráticos (FERNANDES, 1980). Em termos teóricos, Florestan percorre um caminho considerável para alcançar essas conclusões; caminho que passa pelo aprofundamento dos seus estudos sobre o subdesenvolvimento e a dependência do Brasil, bem como sobre a realidade política de outros países da América

Latina. As formulações elaboradas nesse viés servirão de lastro para muitas análises posteriores do autor, quer seja sobre a ditadura militar brasileira, quer sobre os processos revolucionários latino-americanos (FERNANDES, 1979; [1981] 1982a).

Em muitos sentidos, a luta pela democracia que viceja ao longo da obra de Florestan, e em particular suas críticas ao recrudescimento da dominação burguesa no Brasil, encontra seu corolário, em termos de prática política, na atuação do nosso autor como deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Inicialmente atuando como deputado constituinte no período de 1986-1990, Florestan, reeleito, trabalhará ainda no mandato de 1990-1994. Tratava-se de um momento crucial da história política brasileira, em que a chamada Nova República buscava, por meios diretos e indiretos, perpetuar a ditadura civil-militar por outros meios, procurando orientar e controlar os processos que levariam à superação do regime de exceção.

A Assembleia Nacional Constituinte (ANC) de 1986 surge, nesse contexto, como um processo-chave que poderia permitir seja a permanência dos privilégios que marcavam a história brasileira, seja a busca da sua superação. No período, o próprio Florestan Fernandes reconhecia: “O Congresso Constituinte poderá



gerar um monstrengo, tanto quanto poderá produzir uma Constituição à altura das exigências históricas do presente”. E isso dependeria, em seu entender, do modo pelo qual as esquerdas e os radicais se unissem “como uma força social favorável à revolução democrática ou enquadrando-se às bandeiras traiçoeiras da ‘transação conservadora’ e da ‘Nova República’” (FERNANDES, [1986] 2007, p. 33).

Nesse momento divisor de águas, o sentido que Florestan busca dar à sua atuação como político profissional encontra-se já nos documentos que perfazem sua campanha:

A questão, para mim, não é a de querer tornar-me um deputado federal. Busco empenhar-me a fundo no combate a uma democracia de fachada e aos riscos de uma Constituição ritual, que só preste para esconder o monopólio do poder estatal e da violência organizada pelos privilegiados. [...] A nova Constituição tanto poderá ser uma arma nas mãos da reação, quanto poderá erigir-se no ponto de partida de uma revolução democrática irreversível, de significado proletário, popular e socialista. É ao último objetivo que pretendo dedicar-me, com a energia e as faculdades intelectuais e políticas de que disponho. (FERNANDES, [1986] 2006, p. 123)

A referência à “democracia de fachada” não é fortuita na obra de Florestan. Em artigos para a imprensa de meados da década de 1980 e início da de 1990 – reunidos posteriormente pelo

autor em coletâneas, como em *Que tipo de república?* (1986), *A constituição inacabada* (1989) e *A transição prolongada* (1990) – , antes e depois de tornar-se deputado, nosso autor criticava com ímpeto tanto as louvações da “transição democrática” e da “Nova República”, quanto aqueles que, no contexto da ANC, diziam ser necessário o Brasil *retornar* ao padrão de democracia existente no período pré-ditadura civil-militar.

Por um lado, Florestan via na “transição lenta, gradual e segura” uma forma de manter a ditadura por outros meios, na medida em que não só a ordem institucional instalada pelo regime de exceção – portanto ilegítima – era mantida, como também aqueles que encabeçavam o processo continuavam a ser a classe dominante, ou seja, o processo político não se abria para os de baixo (FERNANDES, [1984] 2007a, p. 208-210). Por outro lado, Florestan repudiava a referência ao passado para pautar a construção do futuro democrático porque, segundo ele, a democracia que marcou o período pré-ditatorial nada mais era que uma “democracia restrita” (FERNANDES, [1979] 1980, p. 46-47; [1984] 2007b, p. 244-245) – conceito recorrente na reflexão política de Florestan, e que abordaremos mais à frente. O referencial que deveria orientar a luta política da classe trabalhadora e das classes despossuídas na Constituinte era o ideal da revolução

socialista, que não desconsiderava a importância de “revoluções dentro da ordem” no sentido de construir uma “democracia de base ampliada” no Brasil, isto é, que legitimasse a ampla participação dos trabalhadores na reivindicação de seus direitos.

Os textos que publicou na imprensa, nesse período, insistem, segundo o próprio Florestan Fernandes,

[...] no aparecimento de uma forma política de democracia na qual a maioria – não a “maioria eleitoral”; mas a maioria dos destituídos, oprimidos e excluídos – ganhe peso e voz na sociedade civil, presença ativa na participação e controle das estruturas do Estado, o caráter de uma força histórica decisiva na liquidação do nosso execrável antigo regime (incorporado ao desenvolvimento capitalista e ao regime de classes) e na construção de uma nova sociedade. (FERNANDES, [1986] 2007, p. 24)

Esses pontos expressam, a nosso ver, a culminância de problemáticas com as quais Florestan Fernandes se digladiava desde o início da sua vida intelectual e política. Agora no plano da luta prática, ele se insurge diretamente a favor dos “de baixo”, da expressão de seus interesses no âmbito do poder estatal, das garantias sociais que fundamentam a sua inserção na “sociedade civil”, da necessidade de liberalização da luta de classes por meio da formação de organizações políticas das classes despossuídas, bem como de uma revolução no sistema educacional que possa

orientar os cidadãos para a legitimidade e necessidade do conflito de interesses e ideias no seio da sociedade. O Florestan Fernandes deputado percorrerá seus dois mandatos com essas reivindicações, na luta para superar o padrão restrito de democracia que tem marcado nossa história.

Nosso autor falece em 1995, em decorrência de transtornos advindos de uma cirurgia para implante de fígado (FERNANDES, H., 2015, nota 20, p. 24), legando-nos uma obra essencial para a compreensão dos processos formativos e dos dilemas políticos da sociedade brasileira.

# Relações Raciais no Brasil

Os trabalhos de Florestan Fernandes podem ser considerados iniciadores de uma reflexão crítica acerca das relações raciais no Brasil, na medida em que abordam aspectos que seus predecessores no tempo desconsideravam (PEREIRA, 1996, p. 36; BASTOS, 1987, p. 140). A reflexão do autor sobre a “questão racial” estende-se por um largo período de tempo, indo desde seus trabalhos iniciais, de cunho mais antropológico na década de 1940, passando pela mencionada participação na pesquisa UNESCO e nos estudos produzidos a partir dela (BASTIDE; FERNANDES, [1959] 2008; FERNANDES, [1965] 2008b; [1965] 2008c; [1965] 2007), até sua atuação como publicista e, especialmente, como parlamentar nos anos 1990 (FERNANDES, [1989] 2017), quando inclusive ajuda a propor uma emenda constitucional visando a garantia de direitos para a população negra (SOARES; BRAGA; COSTA, 2002; COSTA, 2017).

Mesmo consistindo nessa problemática recorrente, foi a partir da pesquisa financiada pela UNESCO que Florestan fincou suas principais contribuições – teóricas e políticas – à reflexão sobre relações raciais no Brasil. É na obra *A integração do negro na sociedade de classes*, apresentada como tese em seu concurso de cátedra, utilizando dados coligados a partir da pesquisa dos anos 1950, que essas contribuições podem ser observadas.

Surgido dessa fase de intenso labor intelectual de Florestan e do debate que ocorreu na época, principalmente sobre a obra de Gilberto Freyre e outros autores da mesma linhagem teórica, este livro colocou em evidência a violência, o preconceito e a segregação contra os negros como elementos fundamentais na formação da sociedade brasileira. Florestan subverteu a visão contemplativa sobre a escravidão que havia a partir da “casa grande” em relação à “senzala”, uma visão que colocava em relevo a miscigenação como fator indutor da “democracia racial”. Ele contestou essa tese, colocou a questão racial na perspectiva do oprimido, a partir da “senzala” em relação à “casa grande” sem, contudo, mistificar a senzala. Junto com as comunidades negras segregadas, desenvolveu uma interpretação da realidade social do negro tomando como base a necessidade de uma segunda abolição. Pela primeira vez foi abordada, de forma sistematizada, sua tese sobre a revolução burguesa, inconclusa no Brasil, e o modo dramático e subalterno pelo qual os negros são integrados ao novo regime, após a abolição da escravatura. (CERQUEIRA, 2004, p. 53)

Conforme afirma o próprio Florestan Fernandes ([1965] 2008a, p. 22), o livro consiste em “um estudo da formação, consolidação e expansão do regime de classes sociais no Brasil do ângulo das relações raciais e, em particular, da absorção do negro e do mulato”. E, para tanto, ele reconstrói histórica e sociologicamente o processo de integração da população negra na ordem social competitiva que se constituiu na cidade de São Paulo nas décadas posteriores à Abolição, enfocando os dilemas envolvidos no ajuste de padrões comportamentais e culturais ao novo regime social – isto é, os obstáculos com que a população negra se deparou ao buscar uma posição/classificação na sociedade de classes em formação, e os movimentos reivindicatórios que organizou a fim de combater as persistências (e renovações) do racismo e das desigualdades que ele enseja. Dividida em dois volumes (“O legado da ‘raça branca’” e “No limiar de uma nova era”, respectivamente), a obra enfoca esse processo repleto de contradições na cidade de São Paulo, nas primeiras décadas do século XX.

Ciente dos limites envolvidos numa reflexão de teor introdutório, abordarei as principais contribuições de Florestan Fernandes para a reflexão sobre as relações raciais no Brasil, nessa

obra, a partir de dois focos (que não são, evidentemente, os únicos possíveis): o modo como a constituição da sociedade de classes no Brasil incorpora e reforça, em seu desenvolvimento, padrões de comportamento racista e desigualdades raciais herdadas da ordem social escravocrata; e sua reflexão sobre o mito da democracia racial brasileira.

Antes de tudo, é necessário chamar atenção para o próprio marco conceitual a partir do qual nosso autor busca compreender as diversas dimensões (cultural, política, econômica etc.) envolvidas no processo de integração da população negra nesse momento de intensas mudanças sociais. O conceito essencial, aqui, é o de “ordem social”. Conforme Heloísa Fernandes:

De forte inspiração weberiana, o conceito de ordem social é uma construção teórica de Florestan. Para Weber, ordem social é propriamente a ordem estamental, tipificada pela honra, modo de viver, desvalorização do trabalho físico etc. Esta ordem social é ameaçada pela raiz quando o lucro econômico e a mera aquisição material invadem o modo de viver. Por isso, a ordem capitalista é mais propriamente uma ordem econômica. Já Florestan usa ordem social, ordem senhorial-escravista, ordem social estamental, ordem social competitiva etc. O fato é que, graças à perspectiva propiciada pelo conceito, Florestan denuncia que, no Brasil, desde a abolição da escravidão, as relações de produção capitalistas convivem com uma ordem social estamental, e não só de classes. Revoluções dentro da ordem (como a reforma agrária)



buscam realizar potencialidades próprias à ordem capitalista e são travadas pelas várias formas da dominação autocrática. Portanto, revoluções dentro da ordem são revoluções democráticas que visam a criar uma sociedade verdadeiramente inclusiva. (FERNANDES, H., 2015, nota 23, p. 28)

Para Florestan Fernandes, é crucial a compreensão de que a sociedade de classes no Brasil – a “ordem social competitiva” – se ajusta às estruturas da “ordem social escravocrata e senhoria”, ou seja, que o capitalismo se desenvolve sem superar de todo as iniquidades elaboradas na era do que ele chama de “antigo regime”. Como a Abolição se deu sem que os antigos escravizados fossem cercados de assistência e garantias que os protegessem na transição para o sistema de trabalho livre, o liberto não se adequou facilmente aos quadros de uma economia competitiva: “a degradação pela escravidão, a anomia social, a pauperização e a integração deficiente combinam-se entre si para engendrar um padrão de isolamento econômico e sociocultural do negro e do mulato que é aberrante em uma sociedade *competitiva, aberta e democrática*” (FERNANDES, [1965] 2008b, p. 301-302). Ou, em síntese:

O regime extinto não desapareceu por completo após a Abolição. Persistiu na mentalidade, no comportamento e até na organização das relações sociais dos homens,

mesmo daqueles que deveriam estar interessados numa subversão total do *antigo regime*. (FERNANDES, [1965] 2008b, p. 302)

Ou seja, ainda que o sistema de castas tenha sido abolido legalmente, com a desagregação e extinção do regime servil, na prática a população negra e mulata (para usar os termos empregados pelo autor) continuou reduzida a uma condição social análoga à preexistente. Em vez de ser projetada, em massa, nas classes sociais em formação e diferenciação, viu-se incorporada à “plebe”, convertendo-se numa camada social dependente e compartilhando de uma “situação de casta” disfarçada. Desse modo, “a desigualdade racial manteve-se inalterável”, e “o padrão assimétrico de relação racial tradicionalista (que conferia ao ‘branco’ supremacia quase total e compelia o ‘negro’ à obediência e à submissão) encontrou condições materiais e morais para se preservar em bloco” (FERNANDES, [1965] 2007, p. 106).

Apenas entre as décadas de 1940 e 1960, quando a Segunda Guerra favorece de maneira intensa a expansão das indústrias, com suas ramificações na diferenciação do sistema econômico e no ritmo da urbanização da cidade de São Paulo, é que a ordem social competitiva se redefine, tornando-se mais aberta,

permitindo à “plebe urbana”, na qual se inserem o negro e o mulato, encontrar vias mais amplas de proletarização ou de ingresso nas classes médias. Ainda que o grosso das oportunidades assim surgidas concentre-se nos setores de trabalho braçal, sem qualificação ou semiqualficado, “a partir daí, o negro e o mulato passaram a encontrar uma resposta para os seus anseios e já [...] logram pôr em prática os ideais tão acalentados de vida social ordenada, decente e condigna” (FERNANDES, [1965] 2008c, p. 138-139). Mas a classificação no sistema vigente de classes sociais não produz alterações radicais na posição social da população negra, que “continua a ser ‘pobre’, a se concentrar em ocupações mal remuneradas e de pouco ou nenhum prestígio e a fornecer ralas elites, mais ou menos isoladas e fechadas, como no passado” (FERNANDES, [1965] 2008c, p. 189).

Como não se manifestam alterações significativas no padrão de dominação racial, a ordem social competitiva se associa assim a um padrão inalterável de monopólio do poder pela “raça branca”, o que vai de encontro a uma ordem social supostamente construída com base em princípios competitivos e democráticos. “Em tais condições, apesar das contradições entre o padrão tradicionalista de dominação racial e os fundamentos materiais ou morais da ordem social competitiva, a desigualdade racial se

manteve quase intata e segundo moldes típicos do antigo regime” (FERNANDES, [1965] 2008c, p. 538). No entender de Florestan Fernandes, esse modo particular de conformação da sociedade de classes no Brasil expõe a população negra a uma desorganização social permanente e a uma integração social deficiente que contradizem os padrões jurídico-políticos e socioculturais de uma ordem social democrática.

Em suma:

[O] regime de classes em formação manteve praticamente inalterada a *situação de raça* da ordem social estamental, ao não criar as condições necessárias para a absorção gradual do ex-agente do trabalho escravo ao padrão do trabalho livre – seja em termos de treino técnico, de mentalidade, ou mesmo de autodisciplina para o trabalho assalariado. A população negra vivencia, nesse momento, um desajustamento estrutural que, apesar de transitório, será significativo em termos de consequências no que diz respeito à suas possibilidades de classificação profissional. Trata-se de um cenário que Florestan Fernandes retrata em tons duros, ao analisar como as transformações histórico-sociais geradas pela abolição da escravatura e pelo desenvolvimento do capitalismo no Brasil não produziram os mesmos proventos para todos os setores da população. [...] Configura-se, desse modo, uma ordem social competitiva que se desenvolve sem superar de todo as desigualdades raciais inerentes à ordem social estamental e escravocrata – ao contrário: o padrão assimétrico de relação racial tradicional encontra condições materiais e morais de preservação em bloco. (PORTELA JR.; SOARES, 2015, p. 163-4)

Ou seja, os dinamismos inerentes à ordem social competitiva não teriam sido fortes o suficiente para superar os padrões de relações sociais/raciais e as matrizes culturais que lhe contradiziam, isto é, que estão fundamentados numa ordem social estamental e escravocrata. Essa “transação”, ou essa lenta e contraditória conformação de uma sociedade de classes no Brasil, responderia pelas dificuldades da população negra em se classificar positivamente na nova ordem social.

Mas há uma dificuldade adicional nesse processo, que reside no reconhecimento mesmo de que as desigualdades raciais e o racismo que as perpetua são problemas a serem enfrentados pela sociedade brasileira. Na obra que estamos abordando, e a partir das reflexões sumarizadas anteriormente, Florestan Fernandes efetua um enfrentamento quase pioneiro da noção de que as relações raciais, no Brasil, são igualitárias e paritárias. Segundo ele, o contraste entre a ordem jurídica e a situação real da população negra mostra, por si só, como é espúria a ideia de que o padrão brasileiro de relações entre “brancos” e “negros” se conforma aos fundamentos ético-jurídicos de um regime republicano e democrático. Trata-se, essa ideia, de “um dos grandes mitos de nossos tempos: o mito da ‘democracia racial brasileira’” (FERNANDES, [1965] 2008b, p. 309).

O mito da democracia racial vai além da afirmação espúria de que o preconceito e a discriminação raciais inexistem na sociedade brasileira – ou que, se existem, são fenômenos pontuais e excêntricos. Ela enraíza-se em uma compreensão que vê numa suposta “paz social” um bem que deve ser buscado a todo e qualquer custo. Ou seja, nessa perspectiva, discutir, trazer à tona a problemática das relações raciais no Brasil seria, esse ato mesmo, uma maneira de *criar* tal problemática, que do contrário inexistiria em nossa sociedade, sendo estranha à nossa “tradição”.

A consequência política mais imediata desse dilema é que o conflito social – aqui entendido como a divergência e o debate de interesses e posições contrárias –, marca do estabelecimento de um sistema político democrático, é visto como um mal que deve ser evitado. O que se busca é um consenso, mas não um consenso originário de uma contraposição entre camadas sociais igualitárias, e sim um consenso monolítico imposto de cima para baixo. Nesse sentido, qualquer tentativa de luta por direitos para a população negra é encarada como sendo ela mesma uma atitude racista e preconceituosa, porque estaria confrontando nosso padrão característico de paz e harmonia social. O “negro”

é assim repellido, ainda que não ostensivamente, tanto no domínio mais privado e íntimo das relações sociais, quanto na esfera política.

De acordo com Florestan Fernandes ([1965] 2008b, p. 311-312), o mito da democracia racial generalizou um estado de espírito que atribuía à uma suposta incapacidade ou irresponsabilidade do “negro” os dramas humanos da “população de cor” na cidade (o desemprego, o alcoolismo, o abandono das crianças, dos velhos e dos dependentes, a mendicância, a vagabundagem, a criminalidade), e não à desigualdade racial e social que marcaram a conformação da sociedade de classes no Brasil. Consequentemente, isentou o “branco” de qualquer obrigação, responsabilidade ou solidariedade morais perante os efeitos da deterioração progressiva da situação socioeconômica da população negra:

Tão vasto mecanismo de acomodação das elites dirigentes a uma realidade racial pungente (e por que não dizer: intolerável numa democracia) permitiu que se fechassem os olhos – quer diante do drama coletivo da “população de cor”, quer diante das obrigações imperiosas que pesavam pelo menos sobre os ombros dos antigos proprietários de escravos – para não se falar nada sobre os riscos que corre o regime democrático onde se perpetuam diferenças rigidamente aristocráticas na mentali-

dade e nos costumes dos homens. [...] A hipocrisia senhorial era facilmente desmascarável; entrava no rol das matérias convencionais. O mesmo não sucedeu com o mito da “democracia racial”. Como as oportunidades de competição subsistiam potencialmente abertas ao “negro”, parecia que a continuidade do paralelismo entre a estrutura social e a estrutura racial da sociedade brasileira constituía uma expressão clara das possibilidades relativas dos diversos estoques raciais de nossa população. Ninguém atentou para o fato de que o teste verdadeiro de uma filosofia racial democrática repousaria no modo de lidar com os problemas suscitados pela destituição do escravo, pela desagregação das formas de trabalho livre vinculadas ao regime servil e, principalmente, pela assistência sistemática a ser dispensada à “população de cor” em geral. (FERNANDES, [1965] 2008b, p. 310-11)

Como diz o autor, não se impôs historicamente – isto é, não correspondia a nenhum interesse econômico, social ou político, bem como a nenhuma consideração de caráter moral, religioso ou convencional das elites dirigentes – a necessidade de ajustar as representações ou avaliações raciais aos requisitos econômicos, políticos e jurídicos da ordem social democrática, decorrente da Abolição da escravatura e da implantação do Estado republicano:

Na medida em que contribuía para resguardar as velhas elites da obrigação de introduzir inovações efetivamente radicais e liberalizadoras nas relações dos “brancos” com os “negros”, ele [o mito da democracia racial] as auxiliou



a manter quase intato o arcabouço em que se assentava a dominação tradicionalista e patrimonialista, base social da hegemonia da camada senhorial, da autonomia da “raça branca” e da heteronomia da “raça negra”. [...] Desse ângulo, o mito em apreço aparece como um fator de retenção do desenvolvimento da ordem social competitiva e democrática. Em vez de ser um elemento de dinamização modernizadora das relações raciais, era uma fonte de estancamento e de estagnação, solapando ou destruindo tendências de caráter inovador e democratizador nessa esfera da convivência social humana. (FERNANDES, [1965] 2008b, p. 319-320)

Nessa breve reflexão, fica já evidente a potência da contribuição de Florestan Fernandes para a análise das relações raciais no Brasil. De um lado, seu estudo foi pioneiro em observar como as desigualdades raciais e as orientações comportamentais e culturais de teor racista não desapareceram com o fim do regime escravocrata – ao contrário, encontraram um novo solo fértil no regime de classes, ao conduzir à pauperização e à “anomia social” da população negra numa cidade como São Paulo. De outro lado, mostrou que o próprio reconhecimento dessa problemática era obstaculizado pelo que denominou de “mito da democracia racial”, que desse modo contribuía para a perpetuação dos problemas que atingem diretamente a população negra – e, nessa reflexão, nosso autor lançou as bases para uma reviravolta

no modo de se enxergar as relações raciais no Brasil, sendo inclusive incorporada e ampliada por setores do movimento negro (NASCIMENTO, 2016). Conforme argumentei em outra ocasião (PORTELA JR., 2018), as análises de Florestan Fernandes sobre o dilema racial e o mito da democracia racial foram essenciais para a argumentação pública favorável à implementação de políticas de promoção da igualdade racial no Brasil, em particular as cotas com recorte racial nas universidades públicas – o que é só uma de muitas evidências da força criativa e transformadora do seu estudo sobre as relações raciais na sociedade brasileira.

## Dominação burguesa e desenvolvimento capitalista

A instauração da ditadura civil-militar em 1964, e sua intensificação em 1968, já foram apontadas como pontos nevrálgicos para a trajetória e a obra de Florestan Fernandes. Por um lado, porque o afastaram do ambiente acadêmico em que vinha construindo uma sólida carreira como sociólogo, contribuindo para a compreensão da sociedade brasileira a partir dos estudos realizados no âmbito do CESIT. Por outro, porque fornecem o marco temporal a partir do qual é perceptível uma radicalização nas suas posições políticas, em que ele começa a se declarar explicitamente como socialista (embora se considerasse um desde o início da carreira, como vimos). A partir da década de 1970, as reflexões teóricas e políticas de Florestan Fernandes estão voltadas, essencialmente, para a compreensão do significado da ditadura civil-militar de 1964 no panorama social e político brasileiro,

e para processos revolucionários e contrarrevolucionários na América Latina.

Ao se referir à sua obra mais famosa dessa fase, *A Revolução Burguesa no Brasil*, o autor afirma que o livro representava

[...] uma resposta intelectual a uma situação de extrema tensão política, denunciando simultaneamente os efeitos da dominação conservadora e contra-revolucionária interna e da dominação externa, das nações capitalistas hegemônicas e de sua superpotência. Escrito com base em uma visão sociológica da realidade e através de uma linguagem sociológica rigorosa, ele devia corresponder às funções de literatura engajada, de desmascaramento social e de combate político. Não se tratava, apenas, de defender a “liberdade” e a “democracia”. Porém, de pôr em evidência que a sociedade de classes engendrada pelo capitalismo na periferia é incompatível com a universalidade dos direitos humanos: ela desemboca em uma *democracia restrita* e em um Estado autocrático-burguês, pelos quais a transformação capitalista se completa apenas em benefício de uma reduzida minoria privilegiada e dos interesses estrangeiros com os quais ela se articula institucionalmente. (FERNANDES, [1977] 1980b, p. 77)

Nessa obra cujas partes foram escritas em momentos distintos da trajetória do autor (FERNANDES, H., 2015), separadas pelo golpe civil-militar de 1964 e, portanto, pela progressiva radicalização das suas posições políticas, nosso autor dedica-se a analisar as formas de constituição da dominação burguesa no Brasil,

que teria seu ápice justamente no regime ditatorial. Considero que o ponto chave, e mais básico, da interpretação de Fernandes acerca dessa problemática, está no diagnóstico da conformação de uma ordem social que concentra nas mãos das camadas dominantes o poder, em geral, e o poder político, em particular. A monopolização desse poder implica não só a restrição, em favor de setores minoritários da população, da capacidade de delinear os rumos da coletividade, como também da possibilidade de usufruir dos direitos e garantias sociais que aquela ordem social seja capaz de oferecer.

Florestan remonta a constituição desse estado de coisas ao período colonial. À época, os senhores de terras absorviam parte das funções do Estado, sobretudo as funções judiciárias, que acabavam por se tornar, ao invés de principais garantidoras de direitos civis, simples instrumento de poder pessoal. Sua autoridade, mesmo diante das forças “oficiais”, era praticamente incontestada. Ainda assim, nesse período, o poder senhorial limitava-se a parcelas específicas do território brasileiro; dada a relativa autonomia dos domínios senhoriais uns para com os outros, sua pouca comunicação entre si, a dominação patrimonialista acabava por se espalhar em “ilhas” pelo Brasil. Apenas com o rompimento do estatuto colonial o poder do senhor expande-se

além desses limites (FERNANDES, [1975] 2006, p. 60-61). Segundo nosso autor, quando projetados nos papéis sociais relacionados à implantação de um Estado nacional, os senhores passaram a entender melhor a significação política dos privilégios sociais e, ao mesmo tempo, descobriram que a proteção e expansão dos mesmos privilégios dependiam da extensão da dominação senhorial aos outros planos da vida social, para além dos domínios tradicionais.

A concentração dos interesses senhoriais em torno de uma forma de governo monárquica – ainda que constitucional – conferiu à dominação senhorial os quadros para ampliar-se e burocratizar-se, e manteve as bases regionais do privatismo e do grau de autonomia inerentes à dominação senhorial, na forma que ela assumiu na sociedade colonial. Essa concentração, com a consequente conformação de uma “dominação estamental propriamente dita” (FERNANDES, [1975] 2006, p. 61), é que dá forma ao estabelecimento de um padrão restritivo de “sociedade civil” no Brasil. Pois são apenas essas camadas senhoriais que se expressam através do Estado, criando novos privilégios sociais e econômicos, e também mantendo a possibilidade de deixar intocável sua dominação política nos âmbitos já consolidados das

“grandes fazendas”. Elas são as únicas portadoras de direitos e garantias sociais na ordem social que se constitui então.

Essa persistente composição oligárquica do poder político é essencial para se compreender as características da dominação burguesa no Brasil. Segundo Florestan, no processo de expansão do capitalismo comercial e industrial, a oligarquia – tanto a oligarquia “tradicional” (ou agrária) quanto a “moderna” (ou dos altos negócios, comerciais-financeiros mas também industriais) – logrou a possibilidade de plasmar a mentalidade burguesa e, mais ainda, de determinar o próprio padrão de dominação burguesa (FERNANDES, [1975] 2006, p. 245-246).

No Brasil, segundo o autor, não tínhamos uma burguesia distinta e em conflito de vida e morte com a aristocracia agrária. O grosso dessa burguesia vinha de e vivia em um estreito mundo provinciano, qualquer que fosse sua localização e o tipo de atividade econômica, e sofrera larga socialização e forte atração pela oligarquia (como e enquanto tal, ou seja, antes de fundir-se e perder-se principalmente no setor comercial e financeiro da burguesia). Podia discordar da oligarquia ou mesmo opor-se a ela, mas fazia-o dentro de um horizonte cultural que era essencialmente o mesmo, polarizado em torno de preocupações particularistas e

de um entranhado conservantismo sociocultural e político (FERNANDES [1975] 2006, p. 241).

Além disso, o fundamento comercial do próprio engenho pré-capitalista engolfou a aristocracia agrária no cerne mesmo da transformação capitalista; o problema central para essa camada tornou-se, desde logo, como preservar as condições extremamente favoráveis da acumulação originária, herdadas da Colônia e do período neocolonial, e como engendrar, ao lado delas, condições propriamente modernas de acumulação de capital, ligadas à expansão interna do capitalismo comercial e, em seguida, do capitalismo industrial (FERNANDES, [1975] 2006, p. 246-247). Assim, a oligarquia, com seus valores culturais e padrões de sociabilidade, imiscuiu-se no âmago mesmo do processo de constituição da classe burguesa no Brasil.

O efeito mais direto dessa situação é que a burguesia não assume o papel de “paladina da civilização” ou de “instrumento da modernidade”, pelo menos de forma universal e como decorrência imperiosa de seus interesses de classe. Segundo Fernandes ([1975] 2006, p. 240-241), ela “se compromete, por igual, com tudo que lhe fosse vantajoso: e para ela era vantajoso tirar



proveito dos tempos desiguais e da heterogeneidade da sociedade brasileira, mobilizando as vantagens que decorriam tanto do ‘atraso’ quanto do ‘adiantamento’ das populações”.

A esse “ponto morto” interno do poder burguês (FERNANDES, [1975] 2006, p. 242) – uma burguesia dotada de moderado espírito modernizador e que, além do mais, tendia a circunscrever a modernização ao âmbito empresarial e às condições imediatas da atividade econômica ou do crescimento econômico – contrapunha-se outro ponto morto, que vinha de fora para dentro.

Como a transição para o século XX e todo o processo de industrialização que se desenrola até a década de 1930 fazem parte da evolução interna do capitalismo competitivo, cujo eixo estava no esquema de exportação e de importação montado sob a égide da economia neocolonial, a influência modernizadora externa se ampliara e aprofundara no Brasil nesse período. No entanto, ela morria dentro das fronteiras da difusão de valores, técnicas e instituições instrumentais para a criação de uma economia competitiva dependente. “Ir além representaria um risco: o de acordar o homem nativo para sonhos de independência e de revolução nacional, que entrariam em conflito com a dominação

externa” (FERNANDES, [1975] 2006, p. 243). O impulso modernizador, que vinha de fora e era inegavelmente considerável, anulava-se, assim, antes de tornar-se um fermento verdadeiramente revolucionário.

A convergência de interesses burgueses internos e externos fazia da dominação burguesa uma fonte de estabilidade econômica e política, sendo esta vista como um componente essencial para o tipo de crescimento econômico, que ambos pretendiam, e para o estilo de vida política posto em prática pelas elites (e que servia de suporte ao padrão vigente de estabilidade econômica e política). Portanto, a dominação burguesa se associava a procedimentos autocráticos, herdados do passado ou improvisados no presente, e era quase neutra para a formação e a difusão de procedimentos democráticos alternativos, que deveriam ser instituídos (na verdade, eles tinham existência legal ou formal, mas eram socialmente inoperantes). (FERNANDES, [1975] 2006, p. 243)

Não é surpresa, portanto, que “a *democracia burguesa*, nessa situação, seja de fato uma ‘democracia restrita’, aberta e funcional só para os que têm acesso à dominação burguesa” (FERNANDES, [1975] 2006, p. 249). A própria nomenclatura que Florestan emprega aqui já indica a contradição básica envolta no conceito. Trata-se de uma “democracia”, pois ajustada aos requisitos jurídico-políticos das nações desenvolvidas (na medida em que, especialmente a partir do período republicano, havia uma

Constituição, a divisão formal dos poderes, a escolha dos representantes por meio de eleições periódicas etc.); mas “restrita”, porque tais requisitos se aplicam apenas a setores minoritários da nação.

Esse controle quase que irrestrito da classe burguesa sobre os destinos da nação só começa a ser seriamente ameaçado em meados do século XX, de acordo com o autor. Depois de 1930 e progressivamente, a burguesia se viu sob uma tripla pressão. De um lado, uma pressão de fora para dentro, nascida do capitalismo monopolista mundial, e que, na figura das nações capitalistas hegemônicas e (crescentemente) das multinacionais, exigia condições precisas de “desenvolvimento com segurança”, que conferissem garantias econômicas, sociais e políticas ao capital estrangeiro, às suas empresas e ao seu crescimento (FERNANDES, [1975] 2006, p. 254). De outro lado, dois tipos distintos de pressão interna. Uma, procedente do proletariado e das massas populares, os quais, na luta por direitos e garantias sociais, expunham a burguesia à iminência de aceitar um novo “pacto social”. Não obstante tal ameaça ser contida nos limites da “revolução dentro da ordem”, ela “colocou aqueles ‘círculos conservadores influentes’ em pânico” (FERNANDES, [1975] 2006, p. 254). Por

fim, uma pressão procedente das proporções assumidas pela intervenção direta do Estado na esfera econômica. Essa intervenção atingiu tal peso que atemorizou a iniciativa privada interna e externa: os riscos de um deslocamento econômico e mesmo político da iniciativa privada configuravam-se como algo inquietador para os “círculos conservadores influentes” (cf. FERNANDES, [1975] 2006, p. 254-255). A experiência ensinava-lhes que o controle direto do Estado era a única garantia real de autoproteção para o “predatório privatismo existente”.

Para reagir a essas três pressões, que afetavam de maneiras muito diversas as bases materiais e a eficácia política do poder burguês, os setores dominantes das classes alta e média se aglutinaram em torno de uma contra-revolução auto-defensiva, através da qual a forma e as funções da dominação burguesa se alteraram substancialmente. O processo culminou na conquista de uma nova posição de força e de barganha, que garantiu, de um golpe, a continuidade do *status quo ante* e condições materiais ou políticas para encetar a penosa fase de modernização tecnológica, de aceleração do crescimento econômico e de aprofundamento da acumulação capitalista que se inaugurava. (FERNANDES, [1975] 2006, p. 255)

Em outras palavras (e aqui já começa a ficar evidente a importância de Florestan Fernandes para pensar o Brasil contemporâneo), a “solução” para a crise do poder burguês foi encontrada na constituição de um governo ditatorial. Ao mudar sua

forma de associação com o poder político estatal, a burguesia também mudou sua capacidade de relacionamento com o capital financeiro internacional e com a intervenção do Estado na vida econômica, ganhando maior controle da situação interna e maior flexibilidade na fixação de uma política econômica destinada a acelerar o desenvolvimento capitalista. Ela ganhava, assim, as condições mais vantajosas possíveis: para estabelecer uma associação mais íntima com o capitalismo financeiro internacional; para reprimir, pela violência ou pela intimidação, qualquer ameaça operária ou popular de subversão da ordem; para transformar o Estado em instrumento exclusivo do poder burguês, tanto no plano econômico quanto nos planos social e político (cf. FERNANDES, [1975] 2006, p. 255).

Isso fez com que a restauração da dominação burguesa levasse, de um lado, a um padrão capitalista altamente *racional e modernizador* de desenvolvimento econômico; e, concomitantemente, servisse de pião a medidas políticas, militares e policiais, contra-revolucionárias, que atrelaram o Estado nacional não à clássica *democracia burguesa*, mas a uma versão tecnocrática da democracia restrita, a qual se poderia qualificar, com precisão terminológica, como uma autocracia burguesa. (FERNANDES, [1975] 2006, p. 313)

A noção de um “modelo autocrático” de dominação burguesa é, a nosso ver, o corolário da forma como Florestan compreende o padrão de desenvolvimento da revolução burguesa no Brasil. Para o autor, o modo como, no Brasil, as classes e estratos de classe burgueses reagiram às (e manipularam as) pressões dentro e contra a ordem não se coaduna com o modo como essa reação se deu nos países em que a Revolução Burguesa seguiu seu curso “clássico” ou “liberal democrático” (FERNANDES, [1975] 2006, p. 380), como na França e nos EUA. Segundo ele, onde o modelo democrático-burguês de transformação capitalista encontrou efetiva vigência histórica, prevaleceu uma ampla correlação entre radicalismo burguês, reformismo e “pressões dentro da ordem” de origem extraburguesa (procedentes do proletariado urbano e rural e das “massas populares”).

Nesses países, a situação de classe da burguesia como um todo comportava essa correlação, pois ela repousava em uma base material de poder de classe suficientemente “integrada”, “estável” e “segura” para permitir a livre manifestação de dinamismos econômicos, sociais e políticos que só poderiam ser desencadeados pelas classes assalariadas (FERNANDES, [1975] 2006, p. 381). Em consequência, o radicalismo burguês acabou

refletindo e absorvendo algumas pressões de origem proletária e popular.

[O] grau de diferenciação vertical e de integração horizontal das várias classes burguesas punha a dominação burguesa e o poder burguês em bases materiais e políticas mais firmes, elásticas e estáveis. Como consequência geral, o padrão de reação societária às “pressões de baixo para cima”, a favor ou contra a ordem existente, podia ser, normalmente, mais *tolerante, flexível e democrático*. Certos valores da democracia burguesa se incorporam, pois, aos requisitos materiais, legais e políticos da própria existência, continuidade e fortalecimento da dominação burguesa e do poder burguês. O *consenso burguês* podia, por conseguinte, “abrir” a ordem existente àquelas pressões, como parte de uma rotina que conferia à cidadania, às franquias políticas ligadas à ordem legal, à participação política das massas etc. o caráter de algo essencial para a *estabilidade* e a *normalidade* de uma sociedade nacional. (FERNANDES, [1975] 2006, p. 382)

O ponto central do argumento de Florestan é que uma sociedade de classes dependente e subdesenvolvida reflete uma dinâmica e uma história bem diversas. No Brasil, por exemplo, no decorrer da primeira metade do século XX, as “pressões dentro da ordem”, que as classes e os estratos de classe burgueses se viram compelidas a enfrentar, eclodiram em um clima histórico negativo:

As “pressões dentro da ordem”, fomentadas pelas classes operárias ou pelas massas populares, com ou sem o apadrinhamento de setores burgueses extremistas, pipocavam aqui e ali, ameaçando transformar-se numa torrente histórica. Contudo, o consenso burguês mostrou-se invariavelmente tímido e hostil a tais pressões, as quais ele devia temer, dada a distribuição da riqueza e do poder numa sociedade de classes dependente e subdesenvolvida. A massa dos que se classificam dentro da ordem é pequena demais para fazer da *condição burguesa* um elemento de estabilidade econômica, social e política, enquanto o volume dos que não se classificam ou só se classificam marginal e parcialmente é muito grande. Isso acirra o temor de classe e torna a inquietação social alto temível. Por conseguinte, a reação societária às pressões dentro da ordem obedeceu à natureza de uma mentalidade política burguesa especial, inflexível e intolerante mesmo às manifestações simbólicas e compensatórias do radicalismo burguês, e disposta a impedir ou bloquear o seu avanço, em particular, o impacto que elas poderiam ter sobre a aceleração da revolução nacional. (FERNANDES, [1975] 2006, p. 383)

Como, no Brasil, o “grau de diferenciação vertical e de integração horizontal das classes e dos estratos de classe burgueses não era suficientemente alto e complexo para engendrar qualquer modalidade de consenso burguês médio de tipo democrático” (FERNANDES, [1975] 2006, p. 382-383), a articulação política em volta do poder burguês não se alarga em função do suporte direto ou indireto das demais classes – estas não são vinculadas à burguesia, quer mediante impulsões igualitárias de inte-



gração nacional, quer através dos dinamismos materiais de participação econômica ou dos dinamismos sociais de participação cultural e política.

Em consequência, constitui-se uma ordem social competitiva que “não lembra, nem de longe, a flexibilidade dessa mesma ordem nas condições de um desenvolvimento capitalista autônomo ou hegemônico; e tampouco pode preencher suas ‘funções normais’ quanto à dinamização do regime de classes”. Pois tal ordem só se preserva e se altera graças ao enlace da dominação das classes possuidoras com a “neutralização ou a exclusão das demais classes, que ou só se classificam negativamente em relação a ela (e permanecem inertes), ou se classificam positivamente, mas não podem competir livremente dentro dela (e permanecem tuteladas)” (FERNANDES, [1975] 2006, p. 383).

O que se concretiza na periferia, portanto, é uma “forte dissociação *pragmática* entre desenvolvimento capitalista e democracia”; ou, em outras palavras, uma “forte associação *racional* entre desenvolvimento capitalista e autocracia”:

Assim, o que “é bom” para intensificar ou acelerar o desenvolvimento capitalista entra em conflito, nas orientações de valor menos que nos comportamentos concretos das classes possuidoras e burguesas, com qualquer evo-

lução democrática da ordem social. A noção de “democracia burguesa” sofre uma redefinição, que é dissimulada no plano dos *mores* [valores], mas que se impõe como uma realidade prática inexorável, pela qual ela se restringe aos membros das classes possuidoras que se qualifiquem, econômica, social e politicamente, para o exercício da dominação burguesa. (FERNANDES, [1975] 2006, p. 340)

São os dividendos sociais do capitalismo dependente e subdesenvolvido, como a “sobreexpropriação” e a “sobreexploração”, que exorbitam as funções políticas da dominação burguesa (CARDOSO, 2005, p. 26). Essa forma de dominação, autocrática, deve ser compreendida, assim, enquanto requisito político do capitalismo dependente:

A extrema concentração social da riqueza, a drenagem para fora de grande parte do excedente econômico nacional, a conseqüente persistência de formas pré ou subcapitalistas de trabalho e a depressão medular do valor do trabalho assalariado, em contraste com altos níveis de aspiração ou com pressões compensadoras à democratização da participação econômica, sociocultural e política produzem, isoladamente e em conjunto, conseqüências que sobrecarregam e ingurgitam as funções especificamente políticas da dominação burguesa (quer em sentido autodefensivo, quer numa direção puramente repressiva). Criaram-se e criam-se, desse modo, requisitos sociais e políticos da transformação capitalista e da dominação burguesa que não encontram contrapartida no desenvolvimento capitalista das nações centrais e hegemônicas (mesmo onde a associação de fascismo com ex-

pansão do capitalismo evoca o mesmo modelo geral autocrático-burguês). Sob esse aspecto, o capitalismo dependente e subdesenvolvido é um capitalismo selvagem e difícil, cuja viabilidade se decide, com freqüência, por meios políticos e no terreno político. (FERNANDES, [1975] 2006, p. 341)

É por isso que Fernandes ([1975] 2006, p. 343) afirma que a “revolução burguesa”, no Brasil e no restante da periferia, é um “fenômeno essencialmente político”. Quanto mais se aprofunda a transformação capitalista, e especialmente no clima político da “guerra fria”, da luta pela sobrevivência contra os regimes socialistas, as nações capitalistas centrais e hegemônicas passaram a depender de “parceiros sólidos” nas nações capitalistas dependentes e subdesenvolvidas para preservar ou consolidar o capitalismo na periferia. A burguesia dos países dependentes precisa, assim, não só estar articulada internamente em bases nacionais, mas ser bastante forte para saturar todas as funções políticas autodefensivas e repressivas da dominação burguesa.

A burguesia não está só lutando, aí [nas nações dependentes e subdesenvolvidas da periferia], para consolidar vantagens de classe relativas ou para manter privilégios de classe. Ela luta, simultaneamente, por sua sobrevivência e pela sobrevivência do capitalismo. Isso introduz um elemento político em seus comportamentos de classe que não é típico do capitalismo especialmente nas fases

de maturação econômica, sociocultural e política da dominação burguesa na Europa e nos Estados Unidos. Essa variação, puramente histórica, é no entanto central para que se entenda o crescente divórcio que se dá entre a ideologia e a utopia burguesas e a realidade criada pela dominação burguesa. Entre a ruína final e o enrijecimento, essas burguesias não têm muita escolha propriamente política (isto é, “racional”, “inteligente” e “deliberada”). O *idealismo burguês* precisa ser posto de lado, com seus compromissos mais ou menos fortes com qualquer reformismo autêntico, com qualquer liberalismo radical, com qualquer nacionalismo democrático-burguês mais ou menos congruente. A dominação burguesa revela-se à história, então, sob seus traços irredutíveis e essenciais, que explicam as “virtudes” e os “defeitos” e as “realizações históricas” da burguesia. A sua inflexibilidade e a sua decisão para empregar a violência institucionalizada na defesa de *interesses materiais privados*, de *fins políticos particularistas*; e sua coragem de identificar-se com formas autocráticas de autodefesa e autoprivilegiamento. O “nacionalismo burguês” enceta assim um último giro, fundindo a república parlamentar com o fascismo. Isso nos coloca, certamente, diante do *poder burguês* em sua manifestação histórica mais extrema, brutal e reveladora, a qual se tornou possível e necessária graças ao seu estado de paroxismo político. Um poder que se impõe sem rebuços de cima para baixo, recorrendo a quaisquer meios para prevalecer, erigindo-se a si mesmo em fonte de sua própria legitimidade e convertendo, por fim, o Estado *nacional e democrático* em instrumento puro e simples de uma ditadura de classes preventiva. (FERNANDES, [1975] 2006, p. 345-346; grifos no original)

Por várias fontes (que vão de programas especiais de “treinamento” realizados no exterior, a programas de comunicação de massa, programas de assistência técnica, até programas

de instituições mundiais que difundem uma filosofia desenvolvimentista própria), os estratos burgueses da periferia aprenderam a mudar a qualidade de suas percepções e explicações do mundo, procurando ajustar-se a “avaliações pragmáticas”, que representam o subdesenvolvimento como um “fato natural” autocorrigível, e estabelecem como ideal básico o princípio, irradiado a partir dos EUA, do “desenvolvimento com segurança”. A burguesia brasileira, dessa forma, descarta-se “de suas quinquilharias históricas libertárias, de origem europeia, substituídas por convicções bem mais prosaicas, mas que ajustavam seus papéis à ‘unidade do hemisfério’, à ‘interdependência das nações democráticas’ e à ‘defesa da civilização ocidental’” (FERNANDES, [1975] 2006, p. 366).

Nessa conjuntura, o Estado se torna uma arma de opressão e de repressão, que deve servir a interesses particularistas (internos e externos, simultaneamente), segundo uma estratégia de preservação e ampliação de privilégios econômicos, socioculturais e políticos. Na lógica do uso do Estado como instrumento de ditadura de classe, seja ela dissimulada (como ocorria sob o regime imperial e sob o presidencialismo), seja ela aberta (como ocorreu sob o Estado Novo ou sob a ditadura civil-militar de

1964), o “inimigo principal da burguesia vem a ser os despossuídos, na maioria classificados negativamente em relação ao sistema de classes, embora uma parte deles se classifique positivamente, graças à proletarização” (FERNANDES, [1974] 2008, p. 37). Esse Estado é que engendra o espaço político de que necessita a “burguesia nacional” para ter uma base de barganha com o exterior e, ao mesmo tempo, poder usar a articulação com o “capital externo” como fonte de aceleração do crescimento econômico ou de transição de uma fase para outra do capitalismo. O Estado surge, assim, como o instrumento por excelência da dominação burguesa, o que explica as limitações de sua eficácia: seus alvos são egoísticos e particularistas; e são raras as coincidências que convertem “o que interessa ao topo” em algo relevante para toda a nação.

A despeito da força e crescente rigidez do Estado autocrático, Florestan, escrevendo no final da década de 1970 – portanto, quando se iniciavam as articulações, no interior do regime ditatorial, para efetuar uma “transição lenta, gradual e segura” para a democracia – afirma que o desgaste da ditadura, da contrarrevolução, era inevitável. Não só ela não resolveu nenhum dos “grandes problemas do Brasil” no lapso de tempo transcor-

rido desde sua instauração, como também, superado o *medo pânico* das classes possuidoras que conduziu à contrarrevolução, não havia mais como preservar e fortalecer uma solidariedade de classes de base tão heterogênea e frágil (FERNANDES, [1977] 1980a, p. 117-124; [1981] 1982b).

No conjunto, o que sobressai da interpretação de Florestan, em linhas gerais, é uma realidade política, no Brasil, marcada por um padrão restritivo de democracia, que se transfigura em dado momento numa dominação autocrática, e que busca posteriormente a reconversão ao modelo restrito, agora sob a forma de uma “democracia forte”. Em todos esses períodos, o poder (não só político), permanece concentrado nas mãos de camadas minoritárias da sociedade. Por trás desses processos políticos, está a constante (re)adaptação da sociedade brasileira aos requisitos políticos do desenvolvimento capitalista, em suas diversas fases, que em nenhum momento visam a quebra do padrão dependente e subdesenvolvido do País – e, portanto, escamoteiam quaisquer possibilidades de democratização da riqueza, do prestígio social e do poder, como podemos observar no presente momento de retração democrática do Brasil.

Se, como dito no início deste livro, a época de Florestan Fernandes já não corresponde mais à nossa, cabe-nos refletir sobre como suas análises acerca das relações raciais no Brasil e dos nossos padrões de desenvolvimento capitalista e de dominação burguesa (para ficar apenas nos temas mais abordados aqui) podem auxiliar na compreensão de dilemas que afetam a sociedade brasileira contemporânea. Algumas poucas pistas foram sugeridas ao longo deste trabalho de caráter introdutório ao pensamento do sociólogo paulista. Essa é, acredito, a melhor forma de se aproximar do autor e das suas reflexões, e desse modo continuar a tarefa desenvolvida por ele de compreender (para transformar) o Brasil e seus padrões de desigualdade.



# Referências

- ALEXANDER, J. C. A importância dos clássicos. In: GIDDENS, A.; TURNER, J. (Org.). **Teoria Social Hoje**. São Paulo: Unesp, 1999.
- ARRUDA, M. A. N. Florestan Fernandes e a sociologia de São Paulo. In: \_\_\_\_\_ . **Metrópole e cultura**: São Paulo no meio do século XX. Bauru: Edusc, 2001.
- \_\_\_\_\_ ; GARCIA, S. G. **Florestan Fernandes**: mestre da sociologia moderna. Brasília, Paralelo 15, 2003.
- BASTIDE, R.; FERNANDES, F. **Branços e negros em São Paulo**. São Paulo: Global, [1959] 2008.
- BASTOS, E. R. A questão racial e a revolução burguesa. In: D'INCAO, M. A. (Org.). **O saber militante**: ensaios sobre Florestan Fernandes. São Paulo: Unesp, 1987.
- CANDIDO, A. Amizade com Florestan. In: \_\_\_\_\_. **Florestan Fernandes**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, [1986] 2001.
- CARDOSO, F. H. A paixão pelo saber. In: D'INCAO, M. A. (Org.). **O saber militante**. São Paulo: Unesp, 1987.

\_\_\_\_\_. Uma pesquisa impactante. In: BASTIDE, R.; FERNANDES, F. **Branco e negro em São Paulo**. São Paulo: Global, 2008.

CARDOSO, M. L. Sobre a teorização do capitalismo dependente em Florestan Fernandes. In: FÁVERO, O. (Org.). **Democracia e educação em Florestan Fernandes**. Campinas: Autores Associados; Niterói: EdUFF, 2005.

CERQUEIRA, L. **Florestan Fernandes: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

COHN, G. Padrões e dilemas: o pensamento de Florestan Fernandes. In: MORAES, R. et al. (Org.). **Inteligência brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

\_\_\_\_\_. O ecletismo bem temperado. In: D'INCAO, M. A. (Org.). **O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes**. São Paulo: Unesp, 1987.

COSTA, D. V. A. **Florestan Fernandes em questão: um estudo sobre as interpretações de sua sociologia**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, 2004.

\_\_\_\_\_. Florestan Fernandes e o marxismo: o Brasil em perspectiva socialista. In: **CADERNOS de Estudos ENFF**. Vol. 4. O Legado de Florestan Fernandes. São Paulo: Escola Nacional Florestan Fernandes, 2009.

\_\_\_\_\_. Florestan Fernandes: luta de raças e de classes. In: FERNANDES, F. **Significado do protesto negro**. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

FERNANDES, F. Os problemas da indução na sociologia. In: **Fundamentos empíricos da explicação sociológica**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, [1954] 1967.

\_\_\_\_\_. Prefácio. In: FERNANDES, F. **Educação e sociedade no Brasil**. São Paulo: Dominus, [1963] 1966.

\_\_\_\_\_. A dinâmica da mudança sociocultural no Brasil. In: FERNANDES, F. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. São Paulo: Global, [1965] 2008a.

\_\_\_\_\_. **A integração do negro na sociedade de classes**. Vol. 1: O legado da “raça branca”. São Paulo: Globo, [1965] 2008b.

\_\_\_\_\_. **A integração do negro na sociedade de classes**. Vol. 2: No limiar de uma nova era. São Paulo: Globo, [1965] 2008c.

\_\_\_\_\_. A persistência do passado. In: FERNANDES, F. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Global, [1965] 2007.

\_\_\_\_\_. As mudanças sociais no Brasil. In: FERNANDES, F. **Mudanças sociais no Brasil**. São Paulo: Global, [1974] 2008.

\_\_\_\_\_. **A revolução burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Globo, [1975] 2006.

\_\_\_\_\_. Em busca de uma sociologia crítica e militante. In: FERNANDES, F. **A sociologia no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1976.

\_\_\_\_\_. 25 anos depois: o negro na era atual. In: FERNANDES, F.

**Circuito fechado**. São Paulo: Globo, [1976] 2010.

\_\_\_\_\_. Revolução ou contrarrevolução? In: FERNANDES, F. **Brasil: em compasso de espera**. São Paulo: Hucitec, [1977] 1980a.

\_\_\_\_\_. Um ensaio de interpretação sociológica. In: FERNANDES, F. **Brasil: em compasso de espera**. São Paulo: Hucitec, [1977] 1980b.

\_\_\_\_\_. **A condição de sociólogo**. São Paulo: Hucitec, 1978.

\_\_\_\_\_. **Da guerrilha ao socialismo**: a revolução cubana. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

\_\_\_\_\_. Tarefas dos intelectuais na revolução democrática. In: FERNANDES, F. **Brasil: em compasso de espera**. São Paulo: Hucitec, [1979] 1980.

\_\_\_\_\_. Introdução. **Brasil: em compasso de espera**. In: FERNANDES, F. **Brasil: em compasso de espera**. São Paulo: Hucitec, 1980.

\_\_\_\_\_. Nota explicativa. In: FERNANDES, F. **A ditadura em questão**. São Paulo: T. A. Queiroz, [1981] 1982a.

\_\_\_\_\_. Crise ou continuidade da ditadura? In: FERNANDES, F. **A ditadura em questão**. São Paulo: T. A. Queiroz, [1981] 1982b.

\_\_\_\_\_. Florestan Fernandes, história e histórias. Entrevista concedida a Alfredo Bosi, Carlos Guilherme Mota e Gabriel Cohn. In: COHN, A. (Org.). **Florestan Fernandes**. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, [1981] 2008. p. 94-147. (Encontros).

\_\_\_\_\_. A ditadura sem máscara. In: FERNANDES, F. **Que tipo de República?** São Paulo: Globo, [1984] 2007a.

\_\_\_\_\_. Eleições diretas e democracia. In: FERNANDES, F. **Que tipo de República?** São Paulo: Globo, [1984] 2007b.

\_\_\_\_\_. As relações raciais em São Paulo reexaminadas. In: FERNANDES, F. **Leituras e legados.** São Paulo: Global, [1984] 2010.

\_\_\_\_\_. Candidatura Florestan Fernandes – PT. In: FERNANDES, F. **Pensamento e ação.** O PT e os rumos do socialismo. São Paulo: Globo, [1986] 2006.

\_\_\_\_\_. A esquerda e a Constituição. In: FERNANDES, F. **Que tipo de república?** São Paulo: Globo, [1986] 2007.

\_\_\_\_\_. **Significado do protesto negro.** São Paulo: Expressão Popular, [1989] 2017.

\_\_\_\_\_. Entrevista concedida a Eliane Veras Soares em 25/10/1990. Brasília, mimeo, 1990.

\_\_\_\_\_. **A contestação necessária.** São Paulo: Ática, 1995.

FERNANDES, H. Florestan Fernandes: um sociólogo socialista. In: CEPEDA, V. A.; MAZUCATO, T. (Org.). **Florestan Fernandes, 20 anos depois – um exercício de memória.** São Carlos (SP): Ideias, Intelectuais e Instituições, 2015.

FREITAG, B. Florestan Fernandes por ele mesmo. **Estudos Avançados,** n. 26, v. 10, 1996.

GARCIA, S. G. **Destino ímpar**: sobre a formação de Florestan Fernandes. São Paulo: Editora 34, 2002.

GRONDIN, J. **Introdução à hermenêutica filosófica**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 1991.

IANNI, O. Florestan Fernandes e a formação da sociologia brasileira. In: \_\_\_\_\_ . **Pensamento social no Brasil**. Bauru, SP: Edusc, [1986] 2004.

MARTINS, J. S. Introdução: Florestan Fernandes. In: \_\_\_\_\_ . **Florestan**: sociologia e consciência social no Brasil. São Paulo: Edusp, 1998.

MAZUCATO, T. **Democracia e política na obra de Florestan Fernandes**: o momento de interpretação do Brasil (1960-1975). Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. São Carlos: UFSCar, 2016.

MOTA, C. G. **Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)**. Pontos de partida para uma revisão histórica. São Paulo: Ed. 34, [1977] 2008.

NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Perspectivas, 2016.

PEREIRA, J. B. B. A questão racial brasileira na obra de Florestan Fernandes. **Revista USP**, São Paulo, n. 29, 1996.

PORTELA JR, A. **A problemática da democracia brasileira no pensamento de Florestan Fernandes**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFPE. Recife, 2013.

\_\_\_\_\_. Raça, classe e a negação do conflito. **Olhares Sociais**, Recôncavo da Bahia, v. 3, 2014.

\_\_\_\_\_. SOARES, E. V. Dilema racial, nação e “brasilidade”. In: CEPEDA, V. A.; MAZUCATO, T. (Org.). **Florestan Fernandes, 20 anos depois – um exercício de memória**. São Carlos (SP): Ideias, Intelectuais e Instituições, 2015.

\_\_\_\_\_. **Ações afirmativas com recorte racial no ensino superior e disputas de identidade nacional no Brasil**. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFPE. Recife, 2018.

ROIO, M. D. Sociologia e socialismo em Florestan Fernandes. In: MARTINEZ, P. H. (Org.). **Florestan ou o sentido das coisas**. São Paulo: Boitempo, 1998.

SCHWARCZ, L. M. Raça sempre deu o que falar. In: FERNANDES, F. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Global, 2007.

SEREZA, H. C. **Florestan: a inteligência militante**. São Paulo: Boitempo, 2005.

SOARES, E. V. **Florestan Fernandes: o militante solitário**. São Paulo: Cortez, 1997.

\_\_\_\_\_; BRAGA, M. L. S.; COSTA, D. V. O dilema racial brasileiro: de Roger Bastide a Florestan Fernandes ou da explicação teórica à proposição política. **Sociedade e Cultura**, v. 5, n. 1, 2002.

